

CRIANÇAS NA CIDADE: POLÍTICAS PÚBLICAS E UNIVERSO CULTURAL

Jaquelina de Camargo

Mestre em Antropologia Social / UNICAMP

RESUMO

O artigo discute políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes em situação de rua. Partindo de questões como a adequação e a dinâmica entre limites e espaços institucionais na viabilização dessas políticas, são analisados alguns projetos educativos a partir de sua dimensão antropológica, na medida em que levam em conta os processos socioculturais e universos simbólicos significativos nas experiências de vida dos grupos aos quais eles se destinam — garantindo, assim, a sua eficácia. Por fim, a discussão está ilustrada com uma proposta concreta de desenvolvimento de processos educativos através da ação sobre espaços públicos da cidade, dentro do paradigma contemporâneo da preservação ambiental.

CRIANÇAS DE RUA — INSTITUIÇÕES — PROCESSOS EDUCATIVOS — REFERENCIAIS SOCIOCULTURAIS

ABSTRACT

CHILDREN IN CITY: PUBLIC POLICY AND THE CULTURAL UNIVERSE. The article discusses public policies aimed to homeless children. Starting from questions like the adjustment and the dynamics between institutional constraints and spaces in the application of this policies, some Educative Projects are analysed in their anthropological dimension, as they observe the significant social and cultural processes and symbolic universes in the life experiences of the groups to which they are aimed — making the effort for their efficacy. Finally, the discussion is illustrated by a concrete proposal of development of educative processes through the action on public spaces of the city, in the contemporary paradigm of environmental preservation.

O lugar da fala deste trabalho não é propriamente a universidade, mas sim o lugar de atuação técnica em instituições públicas voltadas para a ação educativa, procurando orientar esta atuação por um referencial teórico que lhe dê consistência, por entre as diretrizes políticas institucionais¹. Um lugar, portanto, que empresta à reflexão teórica a intensidade da ação no cotidiano concreto da cidade.

Para dar corpo a esta reflexão, percorreu-se uma trajetória guiada por duas séries de questões:

1. A adequação de propostas educativas específicas a crianças desgarradas de suas famílias — agentes básicos do processo de socialização — e a dinâmica entre limites e espaços institucionais públicos na viabilização dessas propostas.

2. O desenvolvimento de processos educativos por meio da ação sobre espaços públicos da cidade, dentro do paradigma contemporâneo da preservação ambiental, ilustrada por uma proposta específica para a ação educativa ambiental no contexto de um parque.

1. A cidade, a criança e políticas públicas

Numa metrópole de Terceiro Mundo como São Paulo, a questão da qualidade de vida está especialmente imbricada com a questão ambiental e intimamente relacionada às lutas pela conquista e exercício da cidadania.

Recentemente, o IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística —, por ocasião das comemorações da Semana do Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, apresentou os seguintes dados: nove milhões de famílias no Brasil são consideradas indigentes, ou seja, 21% da população do país vive com um rendimento mensal que só compra uma cesta básica de alimentos. O Nordeste concentra 48,67% dessas famílias e o Sudeste, a região mais desenvolvida do país, conta com 2,8 milhões de famílias sobrevivendo nas mesmas condições (*Folha de S. Paulo*, 1994).

Dados de um levantamento realizado na cidade de São Paulo pela Secretaria Municipal de Habitação indicaram que, em 1992, havia um milhão de moradores em 1805 favelas e 65 mil pessoas vivendo nas ruas. A população pobre muitas vezes vive às margens de córregos e rios sujeitos a enchentes, em terrenos de erosão acentuada ou sobre lixões e aterros sanitários. O processo de favelização configura, assim, um verdadeiro *apartheid* urbano (Silva, 1994).

Não é, pois, por um acaso que o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho — ativista engajado em lutas sociais no Brasil nacionalmente conhecido quando, ainda que atingido pelo vírus da AIDS, desencadeou em todo o país a “Campanha contra a Miséria e pela Vida” —, tenha levantado uma questão aparentemente inusitada: “O que a matança de florestas vivas tem a ver com a matança de crianças e jovens no Brasil?”².

Sua resposta aponta para o modelo de desenvolvimento, que exclui a imensa maioria da população

brasileira dos direitos mínimos de cidadania, devido à concentração de renda nas mãos de muito poucos e da canalização, a cada ano, de bilhões de dólares para o pagamento dos juros da dívida externa do país. A matança de florestas ou de crianças no Brasil são, assim, apenas duas faces de uma mesma moeda, que refletem dolorosamente essas condições estruturais do país.

De fato, vêem-se a cada dia mais e mais crianças perambulando pelas ruas. Na maior parte dos casos, o processo de saída do contexto familiar para as ruas está relacionado com a miséria quase absoluta dominante nos bolsões de pobreza periféricos ou intra-urbanos da cidade. As condições extremamente precárias de habitação, com as restrições que implicam em termos de espaço físico e psíquico, foram bem compreendidas pelos urbanistas, que a traduziram numa reflexão feita a partir de um trabalho de psicoterapia de apoio no pronto-socorro do Hospital das Clínicas: “não ter um momento de intimidade (...), fazer qualquer coisa para ter um minuto de paz (...) mas não ter recursos para consegui-lo” (Sabag Jr., 1985). É diante desse tipo de situação que a rua pode representar uma saída.

Segue-se, para esses menores, o ingresso no sistema oficial de ensino marcado pelo chamado “fracasso escolar”, numa escola que tem profissionais malformados e um currículo distante das necessidades e experiências de vida das crianças filhas de famílias de baixa renda. E, afinal, a entrada precoce num mercado de pequenos trabalhos, extremamente restrito em todos os sentidos.

Permeando essa seqüência perversamente lógica, em que as crianças são alijadas de seu direito a desenvolver-se física, social, intelectual e afetivamente de um modo mais pleno, há um “chamamento” para o centro e subcentros da cidade, numa busca múltipla de alimentos, esmolas em dinheiro e, ainda, de expressão e exercício da energia física e psíquica características das faixas etárias abrangidas pela infância e adolescência.

Por fim, a partir da interação com novas redes de sociabilidade específicas das ruas, há, para essas crianças, o ingresso no mundo das drogas, como o esmalte e a cola de sapateiro, mas também, e espe-

1 A observação e pesquisa com relação aos projetos específicos mencionados neste trabalho foram realizadas no contexto da minha atuação profissional junto à Secretaria do Menor, posteriormente denominada Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social, e também junto à Coordenadoria de Educação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo. Algumas das idéias deste texto foram discutidas com o prof. Aziz Ab'Sáber, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, com os professores José Guilherme C. Magnani e Maria Lucia Montes, da Universidade de São Paulo, cujas sugestões valiosas muito contribuíram para a elaboração desta reflexão. Entretanto, as interpretações porventura equivocadas nela contidas são de minha inteira responsabilidade.

2 Entrevista para o vídeo “A Dívida da Vida” produzido pela TV Cultura e a BBC de Londres, por ocasião da ECO/92.

cialmente, o *crack*, que se tem mostrado devastador na criação de dependência. E, junto com as drogas, vêm os delitos, eventuais ou pequenos, a princípio, e muitas vezes necessários só para sustentar o vício, mas que facilmente podem levar esses menores a deslizar para outro tipo de ações, ingressando no mundo do crime organizado.

Todo esse circuito — que vai desde o desgarramento da moradia precária até uma prolongada presença nas ruas — envolve diferentes processos socioculturais, que deveriam ser mais amplamente considerados pelo poder público, por suas instituições de educação formal ou informal. Como será mais bem abordada adiante, a ineficácia dos projetos que se propõem a tirar os(as) meninos(as) das ruas aponta para a necessidade de enfocar melhor o momento em que eles se desgarram de seu contexto sociocultural de origem e, aí, concentrar a energia que, na verdade, poderia mais prevenir do que, dadas as evidências de que isso é muito difícil, remediar...

Este é, aliás, o posicionamento de todos aqueles que se engajam com a questão da educação, nas mais variadas instituições, entre as quais a própria OAB — Ordem dos Advogados do Brasil, pela sua Subcomissão da Criança e do Adolescente³. Trata-se, por exemplo, antes de mais nada, de implantar uma verdadeira cultura de educação pré-escolar de qualidade, que não fique à mercê de sucessivas conjunturas políticas contraditórias. E, obviamente, de rediscutir o próprio modelo de desenvolvimento.

Entretanto, na ausência de soluções que tenham por base esse tipo de enfoque mais estrutural, o Estado brasileiro, talvez ao contrário do que um cidadão comum pense, tem despendido uma enorme soma de dinheiro e muita energia humana para tentar resolver o problema dos(as) meninos(as) nas ruas.

Em 1993 os gastos do governo federal na área social representaram 12,6% do PIB, e, embora uma análise cuidadosa desses recursos aponte para a escassez, irregularidades e mesmo para graves iniquidades na sua distribuição, 70,6% do total de recursos regionalizados foram destinados às crianças e adolescentes (Viana et al., no prelo).

Só em São Paulo, foram levantados dezesseis projetos, que atendem algo em torno de duzentas crianças na Praça da Sé⁴ e, apesar disso, dia a dia a cidade se torna mais perigosa, inclusive pelas ações violentas praticadas por elas, mas também contra elas, pela polícia ou por aqueles agentes de um tipo particular de “segurança paralela”, contratados para “manter a ordem” em uma determinada área, eliminando, se necessário, os que consideram “bandidos”, sendo, por isso, conhecidos como “justiceiros”.

A partir da observação de alguns programas que atendem crianças e adolescentes em situação de rua, como as Casas Abertas e o PCR — Projeto Criança de Rua, da Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social, vieram à tona alguns relatos de coordenadores e de educadores: em regra, eles falam de resultados bastante modestos. Quando muito, realizam com muito poucos o que outros talvez sejam capazes

de fazer melhor que eles, por considerar esta tarefa como sua “missão”. Atualmente, o próprio PCR suspendeu o recebimento de novas crianças e adolescentes, tendo reduzido significativamente sua capacidade, mesmo como albergue, e está aguardando uma reforma no prédio e uma rediscussão de sua identidade.

Não é, pois, por acaso que projetos que assumem explicitamente uma dimensão de religiosidade podem ser, muitas vezes, mais eficazes que aqueles conduzidos pelas instituições públicas. São eles, afinal, que conseguem, mais dos que as propostas dos agentes estatais, realizar junto aos menores de rua a mais importante missão (talvez seja este o nome...), que é transmitir-lhes o sentimento de que alguém pode gostar deles e, por raríssimas vezes, realmente tirá-los das ruas, reencaminhando-os para as famílias de origem, muito embora não haja dados sobre sua permanência lá, ou para locais onde possam viver e administrar suas próprias vidas. Exceções não faltam, e este parece ser o motivo que nutre muitos educadores que se dedicam à causa do resgate dessas crianças.

Tal dedicação parece ser, de modo exemplar, o caso do Projeto Bosconia-la-Florida, desenvolvido pelos salesianos em Bogotá, no interior do qual a criança ou o adolescente não são vistos apenas do ponto de vista negativo, ou seja, a partir do que lhes falta, na situação de carência em que vivem, mas sim como alguém em quem se deve depositar fé. As crianças vão para as ruas fugindo da miséria e da violência, por falta de perspectivas, em contraposição com os atrativos da cidade ou, no dizer do diretor do projeto, “num gesto de superação, como resposta à situação de pobreza e desamparo afetivo” (Ardila, 1993). Muitas vão empurradas pelas famílias, em busca de complementação do orçamento doméstico.

Não seria difícil fazer uma leitura análoga da situação das crianças brasileiras. Uma pesquisa da CESME — Coordenação de Estudos sobre o Menor, da Universidade Santa Úrsula, feita já em 1985, no Rio de Janeiro (*Afinal*, 1987), junto a trezentos(as) meninos(as) de rua, concluiu que em sua grande maioria não eram menores abandonados, apesar de viverem em estado de abandono, e que a desagregação familiar, responsável por essa situação, era decorrência imediata da luta pela sobrevivência.

Também no Rio de Janeiro, em outra pesquisa encomendada pelo IBASE — Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, foram ouvidos quarenta meninos(as) de rua. Do seu relato, concluiu-se que eles querem um prato de comida por dia, roupa limpa, abrigo, desejam aprender a ler e escrever, embora sintam-se inferiorizados diante das crianças que

3 Cabe destacar a preocupação explícita que pessoas como Teresinha Lorenzetti, integrante da Subcomissão, vem demonstrando nesse sentido.

4 Cf. a pesquisa de Maria Filomena Gregori (1994a). Na ocasião, a antropóloga também apontava para a fragilidade dos programas socioeducativos destinados às crianças de rua.

têm uniformes limpos. Eles usam drogas, mas não assumem o vício, pois isto seria considerado uma fraqueza. Querem ser traficantes, não pelo dinheiro — uma vez que, sendo presos, sempre têm que pagar muito para a polícia —, mas para não apanharem nas prisões. E, por fim, querem sair das ruas, mas “não para instituições que parecem prisões” (Eleutério, 1993).

Tudo isso demonstra que os programas destinados ao atendimento das crianças de rua produzem resultados muito pouco satisfatórios. Contraditoriamente, do ponto de vista jurídico, a questão da infância conta com leis bastante avançadas. O Estatuto da Criança e do Adolescente, “uma verdadeira Constituição da Criança”, no dizer do prof. Antonio Carlos Gomes da Costa, tornou-se lei desde 1990, sendo que o conteúdo básico da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada só em 1989, foi incorporado à Constituição brasileira já em 1988.

No entanto, essa legislação não tem impedido, de fato, os altos índices de violência a que as crianças e os jovens são submetidos, na família, nas ruas, na polícia, na justiça, nas instituições de bem-estar do menor (Costa, 1991). E o cidadão brasileiro paga por essa violência, a cada vez que ela é praticada em nome de atitudes “socioeducativas” em instituições falidas.

Há um componente muito atrasado na cultura política brasileira, que permeia e alimenta a poderosa e massacrante estrutura burocrática das instituições públicas. Trata-se da incorporação, apenas no nível do discurso, das leis e concepções democráticas, sem se traduzirem em práticas mais eficazes.

Este dado pode ser bem exemplificado por um projeto recente com meninos(as) de rua da Praça da Sé, em São Paulo, que, embora tenha demandado dinheiro público e energia humana, prestou um desserviço para aqueles jovens, por causa da tentativa de aplicação mecânica de alguns princípios educativos. Propunha-se justamente dar a essas crianças abrigo, alimentação, esportes e cultura, mas não se interagiu com elas, tratando-as como receptoras passivas desses “benefícios”, pela visibilidade de ações que respondiam a motivações políticas imediatistas.

A Prefeitura de São Paulo, por uma integração intersecretarial entre Cultura, Esportes e Bem-Estar Social, propôs que um grupo de setenta meninos(as) da Sé deveria dormir no Abrigo do Viaduto Dona Paulina, saindo pela manhã para participar de atividades esportivas na Praça Clóvis Bevilacqua. O almoço seria servido na Casa da Criança e do Adolescente, no bairro da Liberdade, e à tarde os menores participariam de atividades culturais numa biblioteca. Por intermédio de oficinas, tentaram-se várias abordagens com eles, por meio de trabalho com bonecos e com literatura, mas nenhum processo educativo foi deflagrado.

Na verdade, apenas se reforçou o preconceito com relação a essas crianças de rua, já que não houve um trabalho consistente de preparo dos profissionais da biblioteca que as receberia e, como conse-

quência, toda sorte de representações preconceituosas foram ativadas naqueles adultos: a diretora da biblioteca foi acusada por seus funcionários de estar rompendo com o “equilíbrio ecológico” da região, trazendo crianças e adolescentes (ou seriam bichos?) de outra região para lá⁵!

Também não houve uma coerência mínima no envolvimento dos(as) meninos(as) com a proposta educativa, uma vez que os monitores do projeto apenas perguntavam na Praça Clóvis: “Hoje quem vai?”. Obviamente, o grupo foi bastante flutuante e o trabalho prosseguiu sem maior orientação, até que a diretora da biblioteca, uma pessoa séria, pediu ao coordenador do projeto que o suspendesse até que fossem avaliados os motivos de tal fracasso.

Para relativizar a visível incompetência demonstrada na condução dessa experiência, que se poderia creditar à miopia da proposta política que a sustentava, vale salientar que o que ocorreu nesse caso poderia ser generalizado para um conjunto maior de ações no nível de políticas públicas destinadas aos menores de rua. Na verdade, toda vez que se procura resolver o problema dessas crianças **apenas no campo da política** — e aqui, inclusive, independentemente da tendência ideológica do governo —, restringem-se as possibilidades de eficácia das propostas pelas quais supostamente essas soluções deveriam ser alcançadas.

2. Alternativas ao “fascinante” mundo do crime

O que falta a esses programas e projetos, e que seria necessário incorporar a eles, é uma dimensão antropológica que permitisse que fossem levados em consideração, estruturalmente, os processos socioculturais e universos simbólicos significativos nas experiências de vida dos grupos aos quais se destinam.

Esses meninos(as), por necessidade e estratégia de sobrevivência, são mobilizadores de significados e redes de sociabilidade infinitamente mais complexos do que se costuma propor a eles e que, em regra, não cabem em qualquer instituição.

A circulação por entre as ruas, praças e demais espaços públicos da cidade e os locais de atendimento e/ou repressão tem um correspondente simbólico no trânsito que realizam entre os estigmas e representações polarizadas que inspiram e que, inclusive, manipulam, devido à própria sobrevivência: entre a mendicância (quando são “menores carentes”, “crianças”) e a infração (quando são “trombadinhas”, “aviões”), entre a carência e a periculosidade, como imagens que, aos olhos dos outros, os definem. Uma cuidadosa abordagem etnográfica do cotidiano dessas crianças revela essa polaridade constante através da qual se movem e que dá origem à categoria de “viração” para designar esta intensa circulação pela ci-

5 Informação da própria diretora, membro do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, numa reunião com funcionários de várias Secretarias Municipais e Estaduais, para estudo e reorientação do projeto.

dade que elas vivenciam, continuando, de certa forma, uma mobilidade já presente em suas famílias (Gregori et al., 1994b).

O conhecido carnavalesco Joãozinho Trinta, que por dezessete anos esteve à frente da escola de samba "Beija-Flor", de Nilópolis, município extremamente pobre da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, onde se dedicou intensamente ao trabalho com menores carentes da região, compreendeu bem esta vivência das crianças com a rua, ao propor que os projetos voltados para esses(as) meninos(as) deveriam constituir "uma alternativa ao fascinante mundo do crime"⁶.

Na verdade, ao praticar um simples delito de "bater" uma carteira, o menino tem mobilizada toda uma dimensão cognitiva, tendo que calcular a estratégia e a rapidez com que vai abordar sua vítima e fugir, ou acobertar seu colega, desenvolvendo todo um conhecimento de ação em grupo. Além disso, mobiliza uma boa dose de coragem, que alimenta qualquer sentimento de aventura, característico de crianças e adolescentes.

A tragédia é que todos estes componentes são acionados da maneira mais desestruturante possível, uma vez que estes espaços da "aventura" existem numa relação com a vida em que, justamente, o que se põe em jogo — e em risco — é a sua própria vida.

De fato, na experiência desses menores de rua, a própria percepção do tempo é muito restrita, já que, na expressão de Cesare de la Rocca, idealizador de um conhecido projeto voltado para crianças e adolescentes de Salvador — o Projeto Axé —, sua vivência se traduz num passado que é algo a ser esquecido e num futuro que dura 24 horas (Canton, 1993). Por isso, o maior desafio pedagógico é criar as condições — ou restituir-lhes os instrumentos — que lhes permitam justamente gerenciar melhor esta dimensão temporal, sem a qual se torna incompreensível a idéia de um **projeto** de vida.

A antropologia nos ensina que um dos desafios essenciais da vida do homem consiste em conferir **sentido** às experiências por meio das quais ele compreende a si mesmo, pela sua relação com a natureza, os outros homens ou o mundo sobrenatural. Ele é, na expressão de Geertz (1978), "um animal amarrado às teias de significado que ele próprio teceu" pelas múltiplas redes de sociabilidade que, para ele, criam um sentido de **pertencimento** — da família às relações de vizinhança, do trabalho ao lazer, da devoção e da festa ao compromisso político. Só em razão dos **significados** que desta forma se constroem é que se pode pensar em "projetos de vida".

Para as crianças de rua, esses significados se constroem e reconstróem em estreita relação com a sua experiência de vida no espaço da cidade. E a cidade, como já foi abordado, tem abrigado condições de vida e moradia extremamente precárias, que desencadeiam processos desagregadores, especialmente em alguns espaços limítrofes, nos quais, pratica-

mente, não existe qualquer presença do poder público.

É a experiência dessas condições de vida que projeta as crianças pobres, moradoras desses bairros de periferia, para a rua e o centro da cidade. Assim, aos poucos se desgarram não só de sua família, mas das redes de relações mais familiares que os faziam reconhecer-se e ser reconhecidos como "pertencentes" a um lugar determinado, como alguém "do pedaço"⁷. E a nova experiência adquirida no convívio com a sociabilidade da rua, nos vastos "trajetos" que percorrem através do espaço da metrópole em busca da sobrevivência, é o que cria o senso da "aventura", que aos poucos, também, acaba por fazê-los identificarem-se e serem identificados como "meninos de rua".

Muito embora se saiba que a maior parte dos menores considerados "de rua" apenas passam o dia "na rua", para voltar de noite para casa, ou eventualmente apenas nos fins de semana, na vivência dessas duas lógicas de "pertencimento", aos poucos é a sociabilidade "da rua" que acaba por predominar, transformando-se em experiência definitiva. É a complexidade da experiência de convívio com as regras dessas duas lógicas contraditórias, entre as quais, no entanto, transitam no dia-a-dia, que é preciso compreender, para integrá-la nos projetos voltados para esses menores, se se quiser deter o processo que acaba por fixá-los na rua, como "meninos de rua".

Assim, se até agora se discutiam os programas socioeducativos desenvolvidos pelo poder público do ponto de vista de sua questionável eficácia, evidencia-se, aqui, a possibilidade de propor alternativas nas quais as especificidades da experiência daqueles aos quais tais programas se destinam sejam respeitadas.

Poder-se-ia citar alguns exemplos que ilustram esse enfoque no qual a vivência de crianças de rua ou carentes é levada em conta de forma integral, num trabalho coletivo em que se procura construir uma **linguagem** capaz de dar **novos significados** a conteúdos culturais que já fazem parte do repertório de experiências que trazem de seu meio de origem. É nesse processo que se tornam capazes de reconstituir sua auto-estima, elemento básico para que eles possam engajar-se em qualquer projeto próprio: o ponto de partida básico para a sua constituição como sujeitos de direitos e produtores de cultura.

O "Axé" — palavra que em iorubá quer dizer "a força geradora de todas as coisas" — é um projeto destinado a crianças e adolescentes de rua, que vem sendo desenvolvido em Salvador desde 1990, com reconhecido êxito. Segundo o relato do seu fundador, o projeto tem a estrutura educativa do seu trabalho fundada sobre a revalorização do repertório cultural

6 Depoimento do carnavalesco, num encontro promovido pela Secretaria do Menor do Estado de São Paulo, no Memorial da América Latina em 1989.

7 A importância dessas categorias — os "pedaços", os "trajetos" e os "pórticos" que organizam a lógica do espaço urbano tem sido enfatizada nos trabalhos de José Guilherme Magnani (1992).

presente na experiência cotidiana desses menores, em sua maioria de origem étnica negra, e que, numa cidade como Salvador, comporta um grande número de referências ao mundo do candomblé e das religiões afro-brasileiras.

O Projeto Axé propõe uma revalorização desse universo cultural, enfatizando os elementos artísticos e lúdicos que dele fazem parte — no caso, a música e a dança afoxé ou o circo — a fim de construir com essas crianças e jovens uma linguagem que junto a eles encontre eco e faça sentido, e pela qual possam estabelecer uma relação mais significativa com a vida. Ao lado dessas atividades, desenvolvem-se também as áreas do ensino curricular e oficinas de trabalho remunerado, entre as quais *silkscreen* em camisetas e reciclagem de papel.

“Mas todas as opções feitas nos vários setores tomaram corpo a partir de idéias e desejos deles mesmos”, afirma Cesare de la Rocca. Este enfatiza, no entanto, que “algo como o Axé dificilmente funcionaria com os meninos jogados no metrô de Nova York — essas crianças respondem a uma carência de ordem menos circunstancial e mais moral, espiritual”, demonstrando sua sensibilidade à questão da diversidade cultural.

À pergunta de um jornalista acerca da sua relação e do projeto com o universo do candomblé, evidenciada no próprio nome que recebeu — Axé —, Cesare responde que, dada a importância dessa manifestação cultural na cidade, mesmo não sendo adepto dela, é preciso compreendê-la, pois “aqueles que não podem entender a própria cultura não podem entender o que por meio dela é possível produzir, como ocorre com o menino de rua”. Por fim, ao ser questionado por um menor sobre o que o Projeto Axé poderia fazer pela criança de rua, caso ela deixasse a rua, respondeu: “Nada. Ajudaria apenas a encaminhar seu projeto de vida”⁸.

É no mesmo registro que se pode comentar o projeto desenvolvido junto a crianças de rua por Joãozinho Trinta, na “Flor do Amanhã”, a escola de samba mirim que se desenvolveu a partir da “Beija-Flor”, como relata Maria Lucia Montes, que pesquisou a escola entre 1989 e 1993⁹.

Contando com a experiência acumulada no trabalho em Nilópolis com as crianças da própria cidade, João Trinta se propôs a devolver a esses meninos de rua um novo sentido de pertencimento, procurando integrá-los à “Flor do Amanhã” a partir do trabalho de criação artística do barracão, necessário à produção dos carnavais da escola.

Situada num grande galpão na área portuária do velho Rio de Janeiro, em meio à zona do meretrício, a “Flor do Amanhã” atraía os meninos de rua da área, quase todos acostumados a “cheirar cola”, muitos deles já presos às redes do tráfico e do crime organizado. Segundo depoimento do carnavalesco, só a natureza quase desvairada do processo de criação do carnaval poderia oferecer a essas crianças um equivalente da experiência onírica que procuravam nas drogas. “Olhe, eu não cheiro cola, não fumo maconha,

não uso coca. Apesar disso, ‘a seco’, posso criar toda esta loucura que vocês vêem no barracão. Para que então é preciso usar drogas?”, costumava dizer aos meninos.

Por isso mesmo, conseguindo reorganizar a experiência desses menores a partir de referenciais que eram parte de seu mundo cotidiano, o trabalho do barracão conseguia também criar para eles um sentido de continuidade, segurança e rotina, a partir da qual era então possível introduzir no seu dia-a-dia os projetos mais formais de educação, que contaram, inclusive, com o apoio do Ministério da Educação, além de vários outros órgãos oficiais de governo, federal, estadual e municipal.

Desentendimentos com autoridades públicas do Rio de Janeiro fizeram com que João Trinta acabasse por deixar a “Flor do Amanhã” no final de 1993. Entretanto, a se julgar pelo resultado do seu trabalho anterior em Nilópolis, muito haveria a esperar desse projeto. Com efeito, os índices de aprovação escolar em Nilópolis, revertendo a conhecida tendência à evasão e à repetência nas escolas públicas, chegaram a espantar as autoridades do Ministério da Educação. Entretanto, nada mais simples de se entender quando, conhecendo-se a importância da escola de samba na vida de Nilópolis, impõe-se às crianças como condição para a participação na “Beija-Flor” o bom desempenho na escola, e aos adultos — seus familiares e professores — a garantia do auxílio para que elas conseguissem alcançar esse objetivo...

3. Projetos de vida: o projeto de um parque

Projetos educativos, como os que foram comentados, têm nas linguagens da arte o eixo fundamental a partir do qual estruturam suas atividades — a criação, que é seu pressuposto, está diretamente ligada ao poder renovador da vida¹⁰. Por esse mesmo princípio é possível entender também que um projeto de educa-

8 Cf. entrevista de Roca, na revista *IstoÉ* (Canton, 1993). Também Dimenstein (1993), a partir de uma abordagem jornalística da questão dos meninos e meninas de rua no contexto da crise social brasileira, aponta o projeto Axé como uma alternativa educacional para transformar “pivetes” em cidadãos.

9 Como resultado desse trabalho, a professora organizou no Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo uma enorme exposição fotográfica dos trabalhos de Valtimir Valle, fotógrafo e aderecista da Beija-Flor, que nesse mesmo período registrou o cotidiano do trabalho no barracão da escola. Cf. Montes (1993).

10 A Secretaria Estadual do Menor, em seus primórdios, no final da década de 80 e início de 90, tinha esses mesmos pressupostos. Entretanto, em consequência de contextos políticos adversos, teve vários percalços administrativos e, finalmente, com a rebelião dos adolescentes na FEBEM — Fundação de Bem-Estar do Menor, no final de 1992, e consequente substituição da secretária, Alda Marco Antonio, a trajetória do trabalho desenvolvido foi redirecionada para práticas mais tradicionais em termos institucionais.

ção ambiental possa vir igualmente a desempenhar esse papel reestruturador na experiência de vida de menores carentes na periferia de São Paulo.

Ao valorizar justamente as alternativas educacionais nas quais sejam respeitadas as experiências de vida de crianças e adolescentes como estes, tivemos a oportunidade de propor todo um conjunto de atividades pedagógicas, no qual as diversas linguagens da cultura — a arte e suas manifestações, assim como a ciência e suas técnicas e o esporte e suas possibilidades de interação social — integrarão um contexto educativo ambiental amplo (cf. Camargo, 1994).

A represa do Guarapiranga, situada na zona sul da cidade, está no foco de graves problemas ambientais. A ocupação habitacional irregular e suas consequências correlatas, em termos de poluição de área de manancial, criou a necessidade da intervenção do governo do estado, em nível intersecretarial, com o apoio do BIRD — Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento.

Esta é uma região grande e pobre mas, apesar do déficit permanente dos equipamentos e serviços com que podem contar seus moradores, uma extensa rede de relações se estabelece entre eles, por meio de inúmeras instituições, públicas e privadas, oficiais ou não, cujas atividades e programas configuram o desenho da malha urbana. Assim, o poder público põe à disposição da população local o Clube da Turma do M'Boi Mirim, um circo-escola, o Centro de Convivência, entre outros, enquanto os próprios moradores se agrupam em torno de Sociedades Amigos de Bairro, associações de mulheres, um sem-número de centros religiosos — igrejas católicas, pentecostais, terreiros de umbanda e candomblé —, bares e discotecas, e talvez mesmo uma escola de samba.

Por outro lado, a alta densidade populacional dos arredores da represa e o fato de a área apresentar uma vocação para o lazer, desta população e de moradores de outras regiões da cidade, especialmente nos fins de semana, fez com que seu espaço fosse apropriado pela população. Ali se encontram desde os conhecidos "farofeiros" dos piqueniques de domingo e os "desportistas" mal treinados, que correm o risco de se afogar ao nadar na represa, até o lazer sofisticado das camadas de alta renda, representado pelo *windsurfe* e o *jet-ski*, os veleiros que singram suas águas e os barcos parados em seus ancoradouros.

Por esta razão, visando "disciplinar" esse lazer, ao mesmo tempo em que se oferecem equipamentos mais adequados para a sua fruição, foi prevista a implantação, na área, de quatro parques que, justamente, venham a ser o elemento visível das ações executadas pelo poder público e, simultaneamente, favoreçam e garantam o compromisso da população com a preservação ambiental.

O projeto do arquiteto Décio Tozzi para um dos parques, o "Nove de Julho", com extensão de 114 hectares, abriu a possibilidade de se propor o engajamento de crianças e adolescentes, moradores da região, em atividades de implantação e manutenção deste parque.

É importante destacar que, tal como foi enfatizado com relação aos projetos anteriormente comentados, também este abre a possibilidade de se construírem novos significados a partir de experiências múltiplas, que envolvem diferentes dimensões da vida social e cultural dos moradores do bairro.

A educação no contexto da vivência da implantação de um parque deverá envolver, em primeiro lugar, o aprendizado de técnicas, num processo que contém em germe a experiência do trabalho. Isto porque as atividades a serem desenvolvidas constam basicamente do plantio e cuidados com a vegetação que será introduzida em suas diferentes áreas, segundo critérios de adequação a um projeto de preservação ambiental. Assim, por exemplo, prevê-se em algumas áreas o repovoamento do parque, com a reintrodução de espécies nativas. Da mesma forma, o ensino de técnicas de trabalho também deverá contemplar atividades como a reciclagem do lixo e a piscicultura, entre outras.

Contudo, esta experiência com o trabalho, essencial da perspectiva de uma ação educativa, não exclui também a remuneração, na medida em que acaba também por afirmar simbolicamente o reconhecimento do valor do próprio trabalho. A importância de um pagamento para estes adolescentes, ainda que pequeno, torna-se evidente diante das necessidades enfrentadas por eles. Dificilmente poderiam ser mantidos na área para implementar o projeto, na ausência de remuneração para o seu trabalho, conforme salientaram os relatos de muitos moradores.

É ainda o contexto de carência da região que aponta para um conjunto de outras dimensões na experiência de seus moradores, que o projeto permitirá resgatar, atribuindo-lhes novos significados. As condições de degradação ambiental, a precariedade da moradia, a pobreza dos moradores, a falta de equipamentos e serviços básicos, que são características da área, configuram uma situação que crianças e adolescentes dificilmente deixarão de reconhecer como marcada pela "falta de oportunidades".

Na medida em que a omissão do poder público é percebida como descaso perante algo "insignificante", também esses jovens moradores acabam por se sentir como pessoas sem importância, assumindo o estigma de viver em uma área "desvalorizada" como marca de si mesmos, pessoas que são parte de um mundo de gente "insignificante".

É em oposição a esse universo que a "atração da cidade" ganha sentido, levando meninos e meninas a se afastarem de seu ambiente de origem ou de moradia, fascinados pela "aventura" nas ruas da metrópole. Mas é também esse processo que a implantação de um parque na área permitirá reverter, na medida em que isto possa ser percebido pelas crianças e adolescentes como nova forma de valorização da qualidade de vida, num ambiente degradado.

Mais ainda, participar do próprio processo de implantação e, posteriormente, de manutenção do parque, como prevê o projeto, poderá significar para esses jovens moradores da área a reafirmação de seus

vínculos de pertencimento, fixando-os no seu "pedaço", de que agora poderão se orgulhar. As novas possibilidades de lazer que o parque deverá oferecer aos freqüentadores da represa do Guarapiranga permitirão reforçar as redes de sociabilidade locais, agora revalorizadas.

É importante lembrar que essas crianças e adolescentes, mesmo quando já integrados na lógica dos "trajetos" que os projeta para fora do bairro, mantendo portanto vínculos mais fluidos com suas famílias, ainda encontram no "pedaço" laços suficientemente fortes para que, por meio deles, possam se reconhecer e ser reconhecidos. Isto pode permitir que se adie ou mesmo suspenda o processo que, na ausência dessas formas de pertencimento, os desgarre de suas famílias e seu meio de origem.

Assim, de modo paradoxal, é justamente a situação de carência da população de regiões pobres como a do Guarapiranga que acaba por constituir uma justificativa privilegiada para o desenvolvimento de projetos que objetivem ampliar os horizontes socioculturais de referência de suas crianças e adoles-

centes. E a questão ambiental pode significar uma via de acesso fundamental que lhes permita explorar a dimensão simbólica do valor da vida, valorizando a ação coletiva que se organiza em decorrência da sua proteção. Como enfatiza o prof. Aziz Ab'Sáber,

não basta cuidar do ambiente sem atentar para as causas das desigualdades sociais e regionais. Não basta entender ou descrever a favela, sem pensar nas causas geográficas e sociais da miséria. Da mesma forma que não basta protelar a discussão das condições ambientais, à espera de que um dia a pobreza e a miséria sejam banidas da face da terra (...). Neste sentido, a educação ambiental, bem conduzida, colabora efetivamente para aperfeiçoar um processo educativo maior, sinalizado para a conquista ou reconquista da cidadania. É a nova "ponte" entre a sabedoria popular e a consciência técnico-científica. Um artifício e uma escadaria para se escapar da impotência e infertilidade da torre de marfim e esgrimir no céu aberto do cotidiano. (Ab'Sáber, 1993)

(Texto concluído em julho de 1994.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SÁBER, A. A Universidade brasileira na (re)conceituação da educação ambiental. *Educação Brasileira. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras*, v.15, n.31, jul./dez. 1993.
- AFINAL. Menor é solução. São Paulo, 03/02/1987.
- ARDILA, I. Uma notável experiência pedagógica. *Boletim Salesiano*, Venezuela, 1993.
- CAMARGO, J. de. Proposta de Educação Ambiental. In: TOZZI, D. *Projeto para o Parque Nove de Julho* (Represa do Guarapiranga), 1994.
- CANTON, K. O Estranho no ninho. Cesare de la Rocca, um italiano que trabalhou na Unicef, conta o que é ser pai de dois mil meninos de rua em Salvador. *IstoÉ*, São Paulo, p.5, 24/03/1993.
- COSTA, A. C. G. da. *De menor a cidadão*. Brasília: Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência, 1991.
- DIMENSTEIN, G. *A Infância, adolescência e os direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Ática, 1993.
- ELEUTÉRIO, R. Pesquisa prova que meninos não gostam das ruas. *O Globo*, Rio de Janeiro, p.19, 01/08/1993.
- FOLHA DE S. PAULO. IBGE revela que 21% dos brasileiros são indigentes. São Paulo, p.3-4, 07/06/1994.
- GEERTZ, C. O Impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GREGORI, M. F. Infância, casa e rua. In: CONGRESSO DA ABA, 19. Niterói, 1994a. (Mesa redonda)
- GREGORI, M. F., SOARES, M. A. de M. Convivendo com meninos de rua em São Paulo In: CONGRESSO DA ABA, 19, Niterói, 1994b. (Comunicação)
- MAGNANI, J. G. C. Da periferia ao centro: pedaços e trajetos. *Revista de Antropologia*. São Paulo: Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, v.35, 1992.
- MONTES, M. L. Oficinas do sonho: a Beija-Flor vista do barracão. In: *Design e Interiores*, São Paulo, n.38, ago. 1993.
- SABAG Jr., M. O Espaço opressor. *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v.1, n.3, nov. 1985.
- SILVA, A. A. da (org.). Urbanização de favelas: duas experiências em construção. *Revista do Instituto Polis*, São Paulo, n. 15, 1994.
- VIANA, S. M. et al. *A Conta social e os gastos com crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA. (no prelo)
-